



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeção Escrita

O meu gabinete tem recebido queixas de muitos cidadãos sobre o plano de translação do Templo de Hong Chan Kuan (Mong-Há) para a abertura de uma nova via, apresentado recentemente pelo Governo, nas quais defendem que se trata de um plano que prejudica o património cultural, que é dispendioso e que perturba a população. Assim sendo, há que impedir a concretização desse plano.

Na realidade, o Templo de Hong Chan Kuan, localizado em Mong-Há, foi um estabelecimento religioso importante para a comunidade da antiga aldeia com o mesmo nome, e constituía parte integrante e inseparável daquela antiga aldeia; foi construído há mais de 200 anos e tem elevado valor histórico e cultural. Com o passar do tempo, a antiga aldeia de Mong-Há caiu no esquecimento, restando apenas o Templo de Hong Chan Kuan, situado no centro da cidade, o que eleva ainda mais a importância da sua conservação. Mais a mais, o Templo em questão há muitos anos que está bem integrado entre as construções vizinhas, sendo já parte inseparável do tecido urbano.

O valor do património cultural não pode depender de um único monumento, depende sim da vista da cidade em geral, decorrente da fusão entre o património e as construções à sua volta. O património que é demolido e reconstruído noutros locais, através de métodos antiquados, nunca mais recupera as suas características originais, portanto, o seu valor diminui significativamente. Assim sendo, do ponto de vista da conservação do



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

património, não se deve avançar com o plano de translação do Templo de Hong Chan Kuan.

Segundo este plano, há que aproveitar o terreno ao lado, onde se encontra uma loja de venda de pivetes e velas, para se conseguir essa translação. E como é evidente, tudo isto tem implicações com o direito de propriedade do terreno, e o Governo vai ter de negociar com o proprietário para o poder adquirir ou trocar, tratando-se então de um plano que envolve interesses relevantes. Mais a mais, os custos das técnicas que a translação de património cultural exige são significativamente elevados, pois não se trata de uma simples obra de engenharia civil. E ainda mais, como se regista sempre excesso de despesas nas obras públicas, podemos deduzir que os custos da construção de uma nova via vão ser, com certeza, elevados. Tendo em conta todos estes factores, o orçamento global do referido plano vai atingir valores astronómicos.

Face ao exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Desde o início deste mandato do Governo que têm sido autorizadas diversas obras a custo astronómico para a demolição de património cultural, por exemplo, a piscina municipal do Estoril, a casa secular do Hospital São Januário, o edifício da Rua da Barca n.º1, etc. E agora, o Governo veio afirmar que vai ter de demolir o Templo de Hong Chan Kuan, monumento com grande valor. O Governo não estima o nosso património cultural e está sempre a apresentar inúmeras propostas



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

que só o prejudicam. Porquê?

2. O Governo quer avançar com uma obra de custo avultado, alvo de críticas, e que só vai prejudicar o património cultural, e tudo isto só para abrir uma via com uma faixa apenas. O Governo deve proceder a uma avaliação do seu plano, para aferir do equilíbrio entre os custos e os benefícios. Vai fazê-lo? Antes da apresentação do referido plano, o Governo efectuou alguma consulta junto dos cidadãos de Macau, nomeadamente dos que vivem na zona de Mong-Há?

3. Face à actual recessão económica, e tendo em conta que o referido plano implica questões de direito de propriedade, aquisição ou troca de terrenos, e tendo ainda em conta os custos com as obras de translação do Templo de Hong Chan Kuan e com a abertura de uma nova via, quantas centenas de milhões do erário público é que o Governo pensa mobilizar? O respectivo orçamento vai ser submetido à apreciação da Assembleia Legislativa?

22 de Agosto de 2016

O Deputado à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,

José Maria Pereira Coutinho